O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional | www.otrabalho.org.br | R$ 4,00 (solidário R$ 5,00) | nº 791 – de 4 a 18 de agosto de 2016

EM DEFESA DOS DIREITOS!

CONSTRUIR A GREVE GERAL

Juventude
Encontro Nacional na luta pelo Fora Temer
pág. 2

Partido
As eleições municipais
pág. 4

CUT
Dar palanque para Paulinho, o pelego golpista?
pág. 7

Internacional
A crise do Labor Party na Inglaterra
pág. 11

"Querem guilhotinar nossas conquistas"

Juventude Revolução realiza encontro e discute a luta contra o golpe

O 14º Encontro Nacional da Juventude Revolução (ENJR) ocorreu de 22 a 24 de julho em São Paulo, com delegados de 10 estados. Nesta entrevista, Lúcia Dal Corso, dirigente do CA de Letras da Universidade Federal de Santa Catarina, eleita para o Conselho Nacional da Juventude Revolução, fala sobre o encontro.

Lúcia Dal Corso

O Trabalho - Quais foram as principais decisões do encontro?

Lúcia Dal Corso – O encontro ocorreu num momento político muito agudo, em que querem guilhotinar nossas conquistas, e cada dia de governo golpista representa anos de retrocessos em nossos direitos. Em meio a isso, no 14º ENJR decidimos acertadamente pela unidade na luta por "nenhum direito a menos!", como forma de reunir toda a juventude e pôr para fora o governo golpista. Em um momento difícil como este, vários caminhos começam a ser apontados, mas alguns representam falsas saídas. Por exemplo, o plebiscito pela antecipação das eleições, como propõe a direção da UNE, é uma proposta que enfraquece a luta contra o golpe. Não cairemos nessa armadilha! A saída é nos mobilizarmos, lado a lado com os trabalhadores, na mais ampla unidade para derrotar o golpe.

OT – Como enfrentar os ataques pretendidos pelos golpistas?

LC – É preciso estarmos atentos e fortes, foi o "lema" do nosso encontro. Pois, além de aprofundar ainda mais o corte de verbas, entregar o dinheiro do Pré-sal para os ricos e deixar a Educação nas mãos do DEM, o projeto de lei da Escola Sem Partido - sob a máscara da neutralidade ideológica - já é uma realidade que amordaça o ensino. Os grandes veículos da mídia golpista começam a falar em fim do ensino superior gratuito, como forma de "corrigir uma distorção social e reequilibrar as contas públicas". Diante disso, a juventude precisa estar consciente e organizada, através de nossas entidades mobilizar o maior número de estudantes para construir a unidade contra o golpe, em cada escola. Sabemos que o golpe é não só contra os nossos direitos, mas também contra nossos instrumentos de resistência, e por isso a defesa e fortalecimento das nossas organizações e entidades se faz necessária para instrumentar nossa luta.

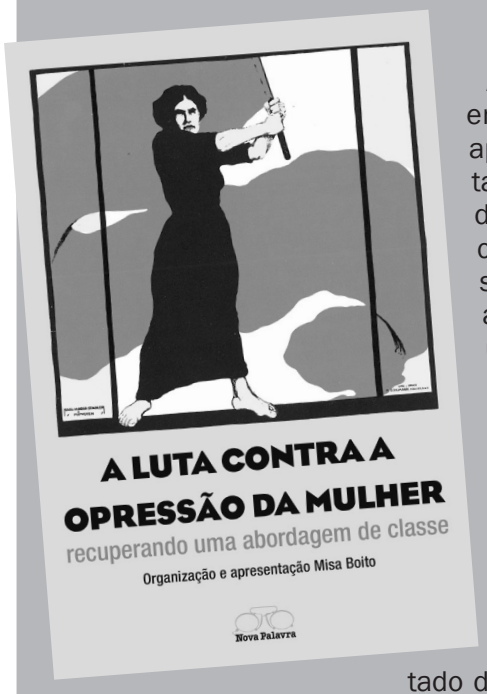
OT - Hoje há uma pressão para desviar o papel das entidades estudantis para as chamadas lutas setoriais (gênero, LGBT, etc). Como a JR enfrenta esta questão?

LC - Sabemos que para a manutenção da exploração, diversas armadilhas são implantadas nas nossas entidades e organizações. Quando se substitui a luta de classes pela setorização das reivindicações, cria-se uma dispersão na luta contra a raiz de todos os males, que é o sistema capitalista, em sua fase imperialista, que busca destruir os direitos trabalhistas, os serviços públicos, etc. Compreendemos que a luta contra as opressões é uma tarefa para a classe trabalhadora e juventude como um todo, e que toda opressão só terá fim de fato com a queda do capitalismo. Isso não significa que não devemos integrar na nossa luta reivindicações específicas da mulher, por exemplo, mas devemos compreender e combater a forma contrarrevolucionária em que são apresentadas hoje à juventude, pois não atacam o principal, que é a base material de toda opressão, além de dividir o movimento. Na JR temos clareza que a luta deve ser contra o imperialismo, pela revolução. Devemos exigir o direito à educação, ao trabalho, à integridade física e moral com a criminalização da homofobia, direito a saúde, ao aborto, à aposentadoria, e muito mais. Mas sabemos que a única forma de garantir qualquer direito para os trabalhadores e trabalhadoras, de todas as etnias, identidades e orientações sexuais, é combatendo de frente os nossos inimigos de classe.

OT - Quais os próximos passos na luta?

LC - Na volta às aulas, os núcleos da JR em todo o Brasil devem se reunir para discutir a luta contra o governo golpista, em defesa da educação pública. A tarefa dos militantes da JR nesse mês de agosto, até a votação do impeachment, é uma intensa agitação: colagem de cartazes, panfletagem, discussões nas nossas escolas e universidades. No dia 05/08 que marca a abertura dos jogos olímpicos está convocada pela Frente Brasil Popular uma grande mobilização pelo "Fora Temer!", assim como também está convocada nas capitais no dia 09/08. A JR integrará essa luta!

A OPRESSÃO DA MULHER



Ao final dos trabalhos de sábado do encontro da Juventude Revolução, apesar de cansados e ainda sem jantar, todos os delegados participaram de uma atividade livre, um debate com Misa Boito, no qual foi apresentada a coletânea "A luta contra a opressão da mulher, recuperando uma perspectiva de classe", lançado pela editora Nova Palavra.

Um vivo interesse entre os jovens, ávidos para ter os elementos que os ajudem a enfrentar os obstáculos que que encontram no dia a dia de sua luta. Nesse caso, a profusão de posições que dissolvem e dividem o combate da juventude em nome do combate "às opressões", apartado do combate central – com a classe operária – pela revolução. Uma verdadeira disposição de estudar os textos publicados na coletânea (de Marx, Engels, Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai, Trotsky e Lenin) foi manifestada na discussão e na compra do livro.

Encontro discute a luta pelo direito a aprender

Como parte da programação do ENJR, foi realizada uma atividade de formação sobre educação, centrada na luta pelo direito ao ensino, hoje negado pelas políticas ditadas pelo imperialismo e muitas vezes referendado por certas posições de "esquerda".

O debate se desenvolveu a partir do informe de Eudes Baima, militante da Corrente O Trabalho e professor do Curso de Pedagogia da FAFIDAM-UECE.

O informe mostrou como a escola moderna se constituiu a partir do ideário democrático da burguesia em sua fase revolucionária, mas como só se efetivou como direito relativamente por força da luta de classes dos trabalhadores, como demonstram inclusive muitos documentos programáticos redigidos por Marx e Engels, como o próprio Manifesto Comunista.

Mostrou também como, em sua fase decadente, em particular sob o imperialismo, a burguesia renunciou a esta escola transmissiva, centrada nos conteúdos científicos e que primava pelo ensino. E como, para realizar esta reviravolta contrarrevolucionária esta burguesia passou a denunciar como obsoleta a própria escola criada no seu momento progressista.

Um dado importante e que foi muito questionado foi como esta política de negação da escola se apresenta como modernização pedagógica e mesmo na forma de pedagogias "emancipadoras", centradas na "experiência do educando", no seu "ritmo individual" e sobretudo na adequação a sua condição social, instaurando um ensino que na verdade é discriminatório e reserva o ensino dos conteúdos apenas a uma parte privilegiada da sociedade.

A discussão foi feita em grupos e na plenária e os militantes da JR se esforçaram para identificar estas diretrizes em sua própria experiência nas lutas diárias, em perceber como se expressam nas políticas do país, em especial nas medidas anunciadas pelo governo golpista e em deduzir daí as formas de luta em defesa da escola.

Uma só tarefa: derrotar o golpe!

Os três meses de usurpação da Presidência da República, produto do golpe preparado pelo Judiciário e em curso no Congresso, mostram que não há tarefa mais urgente – para a defesa dos trabalhadores e da nação: é preciso pôr fora Temer e seus comparsas golpistas.

Todas, e cada uma das medidas anunciadas, e as que foram tomadas, não deixam dúvidas de que o motor do impeachment de Dilma é submeter o país, de joelhos, aos interesses imperialistas.

Se ainda não foram mais longe é porque a interinidade – até que o Senado vote – coloca limites que eles vão buscar ultrapassar rapidamente, uma vez consumado o golpe pelos senadores. A não ser que uma força maior se levante.

E levantar essa força é responsabilidade de todos os que falam em nome dos trabalhadores e dos interesses nacionais. Uma responsabilidade que deve se expressar em todas as frentes de batalha.

Por exemplo, entramos agora no período eleitoral. A campanha de nosso partido deve ser uma alavanca da luta contra o golpe. Campanha municipal, é verdade, ela deve ser a primeira demonstração prática de que é necessário superar os erros que nos conduziram à dramática situação que hoje ameaça o país.

Desde as disputas municipais é preciso buscar reatar com a base social do PT: abandonar quaisquer medidas do tipo concessão, Parceria Público-Privada e privatização, próprias do programa dos golpistas, assim como abandonar as alianças com os inimigos do povo, como vinham sendo feitas no plano federal e municipal e resultaram nessa atual situação.

EM TODAS AS FRENTES DE BATALHA IMPEDIR O DESASTRE

Ainda hoje, em várias cidades se insiste nesses erros, o que significa continuar marchando para o desastre.

Na luta contra o golpe, o povo trabalhador precisa de suas organizações para desmontar o circo de horrores que se anuncia, se os golpistas permanecerem no Palácio do Planalto.

Está certa a Federação Única dos Petroleiros que realiza uma greve de cinco dias contra a venda de campos terrestres de petróleo.

Estão certos os servidores públicos que resistem à aprovação do Projeto de Lei 257 que em nome de um teto de gastos, que não bloqueia o pagamento de juros da dívida, joga o custo do ajuste no desmonte dos serviços públicos.

Ainda mais, quando está anunciado o ataque à Previdência e à CLT, está certa a CUT ao propor a greve geral. Então é preciso organizá-la, desde a base que estará disposta a ir à luta por "nenhum direito a menos". Em cada sindicato, em todas as categorias, discutir, explicar, mobilizar para construir a greve geral. Nenhuma acomodação/negociação com o governo golpista vai salvar empregos e direitos.

A tarefa é uma só: derrotar o golpe!

Expulsar os golpistas e as instituições que os sustentam, com a restituição do mandato popular e a convocação de uma Constituinte Soberana do Sistema Político, esse é o caminho para livrar a nação e os trabalhadores do assalto orquestrado em benefício do capital financeiro.

Depois da manifestação por "Fora Temer, nenhum direito a menos", nesse 5 de agosto, novas manifestações estão convocadas para dia 9. Retomar as ruas, construir a greve geral, fazer das eleições municipais uma trincheira de luta contra o golpe, é para essa batalha que nos dispomos com o Diálogo e Ação Petista, na via da Reconstrução do PT, da retomada dos compromissos com as reformas profundas que a nação precisa para livrar-se de vez da opressão imperialista.

Campanha de Assinaturas do Jornal O TRABALHO

Apoie um jornal em luta pela derrota do Golpe!
• Fora Temer
• Nenhum Direito a Menos!

SE SUA ASSINATURA ESTÁ PARA VENCER, RENOVE!

SE VOCÊ NÃO É ASSINANTE, ASSINE!

12 edições: R$ 45
24 edições: R$ 90
24 edições: R$ 150 (solidária)

Peça sua assinatura com um colaborador de O TRABALHO
Ou faça pelo pela página na internet (aceita cartão de crédito):
www.otrabalho.org.br/category/produtos/

Memória

DIVISÃO NOS METALÚRGICOS FAVORECE PELEGO

Para os patrões, para a ditadura, este fim de semana teve um tom festivo graças à vitória obtida pelo arquipelego Joaquim dos Santos Andrade nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Uma vitória, aliás, bem apertada: do total de 45.474 votos, 20.293 foram para a Chapa 2, de oposição, liderada por Waldemar Rossi. Joaquim, apoiado pelo PCB e pelo "Hora do Povo", obteve um total de 22.697 votos. (...) A vitória da oposição, no entanto, era possível (...). Na verdade, ela só não foi obtida devido à divisão levada a cabo principalmente pelo deputado estadual Aurélio Peres, apoiado pelo jornal "Tribuna da Luta Operária", (...) ao lançarem uma terceira chapa (...).

O TRABALHO

Neste fim de semana o Encontro Nacional do PT

CONTRA A UNIDADE SINDICAL, AS DECISÕES DO ENCLAT/SP

UM AVANÇO RUMO À CUT

GANHOU O PELEGO

Mas na fábrica, quem teve mais votos foi a oposição.

PÁG. 9

MISÉRIA

Novas medidas do governo contra os trabalhadores

PÁG. 2

UNE

A proposta aprovada no 2º CONEB

PÁG. 10

O Trabalho nº 117 – 5/8/1981

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br **Facebook**: www.facebook.com/jornalotrabalho
Arte: Mariana Waechter

Recife lança João Paulo

Maioria derrota DS na defesa do voto em Maia (DEM)

João Paulo, no centro

No dia 20 de julho, no Encontro Municipal do PT de Recife, com pouco mais de 70 delegados, foi aprovada a candidatura própria do ex-prefeito, João Paulo, tendo na vice o deputado estadual Silvio Costa Filho (PRB), pela coligação PT-PRB-PTB--PTdoB-PTN.

A Resolução aprovada incorporou a proposta, apresentada por Edmilson Menezes (OT) e Múcio Magalhães (AE), de que os materiais dos candidatos do PT tenham um selo #Fora Temer!. O vice condenou publicamente o golpe na convenção oficial, no dia seguinte, a pedido do encontro.

Ao final do encontro, uma moção (abaixo) contra o apoio a eleição de Maia (DEM) para Presidente da Câmara, apresentada por Edmilson e o vereador Osmar Ricardo, foi aprovada por maioria de 37 votos (31 contra e 5 abstenções). Foi o presidente do PT da cidade, Oscar Barreto (DS), quem encaminhou a favor do voto em Maia.

Ainda foi aprovada, unanimemente, uma Moção pela libertação imediata dos petistas presos políticos, Zé Dirceu e Vacari, entre outros, apresentada pelo Coletivo Quilombo (CNB).

Correspondente

MOÇÃO

No momento em que o partido se prepara para enfrentar as eleições municipais, para as quais a primeira condição é não apoiar golpistas; num momento em meio à luta contra o golpe, indignou e revoltou os petistas o grave erro cometido por deputados do PT no episódio da votação do presidente da Câmara Federal.

Por esta razão, este Encontro, ao tempo em que saúda os 25 deputados petistas que corretamente se retiraram do plenário da Câmara no 2º turno da eleição, chama a atenção e condena o grave erro cometido pela outra metade da bancada, que comprometeu o PT com a vitória dos golpistas Maia e Temer.

É como se não houvesse golpe

Vale tudo CNB-DS no Paraná

Fui voto vencido solitário na Executiva Estadual do PT/PR que definiu critérios para coligações. A decisão tomada abre brechas para que o PT apóie qualquer partido.

A Executiva ignorou a resolução do Diretório Nacional que afirma claramente: "O PT não apoiará candidatos(as) que votaram e/ou apoiaram publicamente o impeachment". Preferiu referenciar-se em resoluções anteriores, que vetavam coligações com PSDB, DEM e PPS, acrescentando o Solidariedade, mas deixando livre o caminho para alianças com PTB, PROS, PRB, PSD, PP, PSC e outros.

Porém, nem mesmo quanto aos quatro partidos proscritos há uma barreira definitiva. A Executiva aprovou duas exceções: onde houver candidatura única e onde o PT já faz parte de uma coligação que inclua um deles, nesses casos o PT pode ir com tucanos, demos e pepessistas, perpetuando o erro!

No Paraná, nas eleições municipais de 2012, o PT já fez alianças com DEM, PSDB e PPS. Trata de mantê-las.

O acordo foi laboriosamente costurado pela CNB e DS que, juntas, compõem a quase totalidade da instância.

O argumento utilizado de que o PT precisa de um exército de vereadores, prefeitos e vice-prefeitos para enfrentar a crise, é inconsistente. Em 2012, o PT paranaense elegeu 348 vereadores; hoje tem 200; elegeu 41 prefeitos e ficou com apenas 20; elegeu 4 deputados federais e perdeu 2, um dos quais, aliás, votou a favor do golpe. Um exército construído sobre bases políticas tão frágeis não nos dá nenhuma segurança de que, num momento de crise, saberá disparar os tiros corretamente. Em alguns casos, como vimos, disparam contra nós.

É como se não tivesse ocorrido um golpe no Brasil. É, diante do terremoto econômico, social e político que está atingindo o país, um sintoma de que muitos dirigentes esperam que, apesar de tudo, nada vai mudar, podemos continuar com as mesmas práticas indefinidamente.

Por isso, votei resolutamente contra essa decisão.

Roberto Salomão

São Paulo: insistindo no erro!

Não se combate Temer com o programa de Temer

O Encontro, realizado para aprovar as Diretrizes do programa de Haddad para o segundo mandato, formula uma "Cidade Inteligente, inovadora e inclusiva", mas, apesar da discussão, omite o que permitiria "incluir", ou seja, a extensão dos serviços públicos ao povo.

Um conjunto de emendas foi apresentado pelo DAP, junto com o mandato da vereadora Juliana Cardoso e com apoio da Articulação de Esquerda.

Nas Diretrizes, distribuídas na véspera, o capítulo-chave do "desenvolvimento econômico e diretrizes" abre com "garantir PPPs, concessões e demais parcerias". Incrível, parece o programa de Temer e, certamente, essa idéia privatista deve rechear as plataformas dos principais candidatos adversários!

Por maioria, este tiro no pé foi aprovado pela direção do partido no encontro onde, diferente do encontro anterior, diversos secretários de governo vieram em peso dirigir e intervir. Tanto que reverteram uma emenda, aprovada por maioria na Conferência Eleitoral semanas antes, que dizia que Chalitta (ex-PMDB hoje PDT), candidato a vice "deveria condenar o golpe".

Todavia, um pequeno passo foi dado na discussão aberta pelo DAP sobre a dívida que esmaga o município. Por acordo com a direção, foi aprovada uma "auditoria pública para nova renegociação" - o DAP propusera suspender a dívida ilegítima (em parte, precatórios de Maluf etc.). A questão é importante, pois o custo de R$ 200 milhões mensais da dívida com a União estrangula os investimentos da prefeitura.

Haddad no lançamento de sua candidatura à reeleição

Ainda foi aprovada a aplicação do piso salarial dos professores, uma alteração da lei salarial do funcionalismo e verbas especificas da prefeitura para moradia e políticas para criança e adolescente.

Na questão das OSs (Organizações Sociais) na saúde, o secretário, Alexandre Padilha, defendeu o indefensável: Haddad, em 2012, havia se comprometido em não ampliar e reverter as OSs, mas fez o contrário, ampliou e renovou os contratos por mais 5 anos, aumentando esses gastos. É o contrário do que um governo do PT deve fazer.

Por fim, na Convenção oficial, Haddad abriu seu discurso atacando o usurpador, ao que a platéia reagiu com o Fora Temer!, bandeira adotada pelo Encontro para constar nos materiais de campanha.

Mas não será possível combater o golpista Temer, de fato, confundindo-se com partes do programa dos candidatos que apóiam o golpista.

A campanha deverá clarificar e resolver o problema.

Barbara Corrales

PSOL e Rede

Partido de Luciana aliado ao partido do Itaú

Em São Caetano do Sul (ABC paulista), foi selado o apoio do PSOL à candidatura a prefeito da Rede Sustentabilidade, partido de Marina Silva, a queridinha do Itaú e setores imperialistas.

Aliança similar PSOL-Rede ocorre em Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, se confirmava a aliança da própria Luciana candidata a prefeita, com a Rede na vice (v. JOT 790).

E o PSOL não para por aí. Em Belém, capital do Pará, o PSOL que recusou a aliança com o PT, aprovou resolução pedindo autorização para aliança com o PPS, um dos partidos organizadores do golpe.

de 4 a 18 de agosto de 2016

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA

"AGIR COMO O PT AGIA!"

Um eixo para a reconstrução do PT

Manifesto do Diálogo e Ação Petista ganha adesões em todo o país

Lançado pelo Diálogo e Ação Petista, com vistas ao encontro nacional do partido , marcado de 9 a 11 de dezembro, o **Manifesto Pela Reconstrução do PT** - Chega de conciliação!, tem conseguido adesão de militantes de todo o país. Na luta contra o governo golpista, os petistas buscam se apoiar no partido e também se perguntam, como chegamos a essa situação?

O Manifesto traz elementos de balanço e apresenta propostas para ajudar a reconstruir o partido, com base nos princípios constitutivos de sua fundação, que foram sendo aviltados ao longo dos anos pela política da cúpula partidária.

Reuniões na base discutem o Manifesto. Além disso, centenas de militantes, de 19 estados mais o Distrito Federal, já aderiram pela internet. Com isso, estamos construindo nossa chapa de delegados para defender essas bandeiras no Encontro Nacional.

O Manifesto, agrupando esses militantes que lutam para ter de volta o seu partido, cumpre seu papel: o de ser um verdadeiro eixo político para a reconstrução do PT. Como declarou a companheira Minervina,de Pelotas (RS): "Estamos na luta pela reconstrução e defesa do Partido dos Trabalhadores".

EM CAMAÇARI (BA)

O grupo de base do DAP de Camaçari (BA) reuniu sindicalistas para discutir o Manifesto de Reconstrução do PT. Houve várias adesões e contribuições significativas no debate.

Para Gilmário, diretor do Sindimetropolitano (vigilantes), "é necessário fazer o balanço do PT, porque a situação é difícil. Como se tivéssemos de começar de novo, retomar princípios e bandeiras do partido. Esse golpe é para retroceder nos direitos e conquistas que tivemos. Acho importante a iniciativa do DAP de discutir estas questões".

Alã Costa, da oposição metalúrgica cutista de Camaçari, esclareceu os reais motivos do golpe: "Vem ficando mais claro que não houve crime de Dilma e que o golpe é nos direitos. Os metalúrgicos que estão no lay-off nos procuraram para perguntar o que fazer. Discutimos a necessidade de ampliar o diálogo na fábrica, porque tem de agir para defender nossos direitos. Até 80 horas de trabalho os empresários já disseram. Nesse diálogo já aproximamos alguns petistas para participar do DAP".

Para Josué, presidente do Sindborracha, a situação é realmente difícil, mas, mesmo em meio às eleições, é necessário fazer este debate sobre o PT. Ele se dispôs a prosseguir a discussão sobre o Manifesto.

Já Márcia, diretora do Sispec- sindicato dos professores de Camaçari, também acha necessário o debate. Ela criticou a proposta de plebiscito para antecipar eleição: "Temos de lutar pra derrotar esse golpe".

EM CAMPO LIMPO (SP)

Grupo de base do Campo Limpo (SP), discute o Manifesto

Com a presença de 19 petistas da região sul da capital paulista, o núcleo do DAP Campo Limpo para discutir a situação política nacional e as eleições em São Paulo.

Na abertura foi feita a leitura do Manifesto "Pela Reconstrução do PT". Na discussão, que durou mais de duas horas, dez petistas tomaram a palavra. Um antigo militante do PT, Jaime, disse, à guisa de balanço dos governos Lula e Dilma, que "havia muita euforia, mas lá trás, já na Carta aos Brasileiros, vimos que a balança não ia pender para o nosso lado. Daí estamos aqui, mas isso começou lá quando não queriam fazer nenhuma reforma". E seguiu Fátima: "Eles não fizeram as reformas e deu nisso. Nós lutamos pela Constituinte, fomos para a rua e a Dilma não fez nada. E hoje ela está omissa, não explica para que voltar: para ficar com os banqueiros ou com o povo? Ela tem de escolher lado, o nosso lado, mas desta vez com compromisso. Está difícil ver uma saída".

A companheira Zezé sobre o governo Dilma: "Ela fez o contrário do que disse, mexeu nos nossos direitos e pôs tudo a perder, se desmoralizou. Não quis mudar o sistema, se acomodou a ele. Mas nós temos de dizer para direção do PT que eles erraram, que tem sim que mudar, por isso vou assinar aqui".

Sobre a votação do PT no golpista Maia, havia muita revolta, e uma das falas resumiu a posição dos demais: "É uma traição o PT votar em golpista, não tem desculpa! A gente tem de se juntar, para mudar isso no PT. Chegou a hora deles escolherem o lado. Nos já escolhemos e estamos aqui, tem que ter muita assinatura neste Manifesto. Esse vai ser o nosso troco". Raquel completou "Há 13 anos estamos nesta adaptação, claro que tivemos ganhos, mas também teve o Levy e o seu ajuste, o 664 e 665. Mas estou otimista pois tem movimento na rua, então temos apostar na resistência".

Ao final, além de assinar, todos saíram com cópias para coletar mais adesões ao Manifesto.

Organizou-se também a participação no Ato Fora Temer do dia 5 no Rio de Janeiro e iniciativas para o Comitê contra o Golpe da região, animado pelo DAP, com atividades de panfletagem no bairro dia 6 de agosto.

EM JUAZEIRO DO NORTE (CE)

O companheiro Wescly Tiago, do PT de Juazeiro do Norte, tomou contato com o Manifesto Pela Reconstrução do PT através da versão on line.

A partir daí, divulgou nas redes sociais sua adesão, expressando o sentimento de milhares de petistas diante da situação atual que põe em risco a existência do partido. Como muitos, incomoda ao companheiro a manutenção da mesma política de alianças que conduziu Temer à vice de Dilma, um dos articuladores do golpe.

Contatado por militante do Diálogo e Ação petista, o companheiro articula agora uma apresentação do Manifesto em seu município.

Militantes se manifestam pela internet

"Parabéns aos idealizadores do manifesto, está mais do que na hora do PT voltar para às mãos da militância". (Paulo Antunes, sindicalista petroquímico cuja candidatura a vereador em Araucária-PR é apoiada pelo DAP)

"Urgente este Manifesto para reposicionar a militância petista e apontar uma perspectiva de luta contra o golpe, pela garantia e ampliação dos direitos dos trabalhadores, pela soberania nacional com a defesa da Petrobras e Fora Temer! " (Lino Fernando Bragança Peres, de Florianópolis)

"O Partido dos Trabalhadores foi pensado no chão de uma fábrica, mas com o tempo perdemos as características que nos tornaram o maior partido de esquerda da América Latina. Precisamos urgente voltar às bases para recomposição". (Antonio Carlos da Silva, de Icapuí-CE)

"Nossa luta é diária, companheiros, iremos voltar às origens para salvar o futuro da nossa militância". (Ezequiel Franco, de Itu-SP)

"Concordo em gênero, número e grau com o Manifesto, está na hora de ver quem realmente tem compromisso com uma sociedade justa, igualitária e fraterna". (Silvio Ricardo Teixeira Alves, de Jaguarão-RS)

"Excelente documento. Agir como o PT agia!". (Ricardo Rodrigues Jimenez, de Ribeirão Preto-SP)

"Uma reestruturação visando o retorno às verdadeiras origens do PT". (José Antonio Zaltron, de Rosário do Sul-RS)

"Caros companheiros, vocês não estão sozinhos nessa empreitada! Este é o sentimento da maioria dos petistas históricos e convictos. Estamos juntos! " (Herivelton Correia Silva, de Salvador)

"Por um Partido dos Trabalhadores capaz de trazer de novo a esperança e os sonhos de efetiva transformação social". (Gelcivânia Mota Silva, de Serrinha-BA)

Ataques de Temer começam pelos serviços públicos

Resistência ao PLP 257 adia votação, PEC 241 está na CCJ

Em 1 e 2 de agosto, de forma emergencial, várias entidades de servidores públicos mobilizaram-se em Brasília para pressionar contra a aprovação do PLP 257 que, em nome da renegociação da dívida dos estados com a União, ataca os servidores e o serviço público.

Dirigentes e entidades da CUT como a Confetam (municipais), CNTE (educação), Condsef (federais), CNTSS (seguridade social), ao lado de outras entidades e centrais sindicais, concentraram-se na entrada da Câmara, pressionaram deputados em seus gabinetes, mas não tiveram acesso à galeria.

A pressão jogou a votação do PLP 257 para 8 de agosto, para o que concorreu também o grande número de emendas e a falta de consenso entre governadores.

A CUT convocou as entidades de servidores de sua base a irem a Brasília no dia 8, para manter a pressão sobre os deputados e entregar uma carta contra os ataques embutidos no PLP 257, apontando a greve geral pela manutenção dos direitos dos servidores. Mobilização que continuará no dia 9, data da votação preliminar no Senado sobre o impeachment de Dilma.

Pedro Armengol, da executiva nacional da CUT, explica que as entidades apoiam a emenda substitutiva global

Servidores em Brasília contra o PLP 257

119 do deputado Afonso Florence (PT-BA), "que permite a renegociação da dívida dos estados sem as condicionantes que reduzem o gasto com os servidores e a venda de patrimônios, como previsto no PLP" (site da Confetam).

Desmonte dos serviços públicos

O PLP 257 condiciona renegociação das dívidas dos estados a ataques aos servidores. Originalmente previa a proibição de novas contratações e de reajustes salariais por dois anos, além de incluir os terceirizados no cálculo de despesas, com o objetivo de reduzir gastos com o pessoal. Esses três aspectos foram retirados do projeto inicial, mas persiste a limitação de reajuste pela inflação (IPCA), o que equivale a negar qualquer aumento real de salários, além de manter o gasto com inativos como despesas de pessoal. Foi mantido também o teto de gastos, nos moldes da PEC 241 (abaixo), que para o golpista no Ministério da Fazenda, Meirelles, "é inegociável".

Nota técnica do Dieese explica que esse PLP vai impactar diretamente o emprego público, as condições salariais, o processo de negociação coletiva e a aposentadoria dos servidores públicos, com a criação de regimes de Previdência complementar e elevação da contribuição do servidor. O impacto negativo atingirá também as políticas públicas, limitando gastos com Educação e Saúde nos estados.

Já a PEC 241 – emenda constitucional que exige maioria de 2/3 –limita os gastos públicos na esfera federal – executivo, legislativo e judiciário – ao teto da inflação do ano anterior e isso para um período de 20 anos!

As bancadas do PT e PSOL na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) defendem a retirada do texto da pauta. Os deputados ligados a Temer defendem a PEC como um "sinal ao mercado" de rigidez fiscal. Sinal duplo, pois o desmonte dos serviços públicos abre espaço para a privatização. As vinculações constitucionais de gastos com Saúde e Educação seriam assim dinamitadas, em prejuízo do povo que precisa desses serviços públicos.

Juliana Salles

Bancários podem ir à greve nacional

Conferência da Contraf-CUT deflagra campanha salarial

A 18ª conferência nacional da Contraf-CUT (29 a 31 de julho) discutiu os eixos da campanha salarial de 2016, registrando a disposição de luta da categoria de ir à greve nacional se os banqueiros, que lucram bilhões na situação de crise econômica atravessada pela nação, não atenderem suas reivindicações.

Na abertura, dirigentes da CUT, CTB, destacaram a importância da campanha salarial bancária para preparar as condições para uma greve geral que derrote os ataques contra os trabalhadores e seus direitos que significa a política do presidente golpista Temer.

Mais de 600 delegados de todo o país, reunidos no Anhembi (São Paulo), discutiram a mobilização contra a retirada de direitos e em defesa da democracia. Entretanto, no Manifesto apresentado na plenária final, assinado por dirigentes bancários da CUT, CTB, Intersindical e UGT, o qual corretamente caracteriza a política de Temer como de ataque a todos os direitos trabalhistas e previdenciários, à democracia e à soberania nacional, não se fala em greve geral, mas na "construção de uma mobilização nacional que mostre ao governo interino a união da classe trabalhadora em defesa dos seus direitos".

A pauta reivindicativa

Os eixos centrais da campanha são: reajuste de 14,78%, piso baseado no salário mínimo do Dieese (R$3.940,24 em junho), PLR de três salários mais R$ 8.317,90, defesa do emprego, combate às metas abusivas e ao assédio moral, fim da terceirização, defesa das empresas públicas e contra a perda de direitos.

A pauta será entregue aos bancos no dia 9 de agosto, que é um dia de mobilização nacional contra o golpe chamado pela CUT e a Frente Brasil Popular.

A união com os trabalhadores de outras categorias com campanha salarial no segundo semestre também foi adotada como posição dos bancários. Dentre as moções aprovadas estão a de apoio ao ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, João Vaccari Neto, por sua prisão arbitrária, e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contra a decisão da justiça de torna-lo réu no processo da operação Lava Jato.

Uma provável greve nacional dos bancários pode e deve ser um elemento importante para a deflagração da greve geral do conjunto da classe trabalhadora por "Nenhum direito a menos".

Lauro Fagundes

Metalúrgicos do ABC com ministro de Temer!

Rafael Marques vai a Brasília junto com Miguel Torres da Força

Em 2 de agosto, o presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC (CUT), Rafael Marques, acompanhado do presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo (Força Sindical), Miguel Torres, entrevistou-se com o ministro do Trabalho do ilegítimo governo Temer, Ronaldo Nogueira, em Brasília.

Segundo o site "Brasil 2 pontos", os dois dirigentes pediram ao governo federal "a manutenção da NR-12 (norma de proteção de máquinas e equipamentos), Renovação da Frota de Veículos (para a geração de milhões de empregos) e manutenção das conquistas trabalhistas e sociais da classe trabalhadora".

Foi o primeiro dirigente sindical ligado à CUT que, faltando menos de um mês para o desenlace do impeachment de Dilma, reuniu-se com um ministro do governo golpista de Temer.

É certo que a situação nas montadoras do ABC é crítica, com a venda de veículos novos tendo caído 29% em julho, em relação a julho de 2015. Mas não será pedindo apoio às montadoras – o plano de renovação da frota – que a situação será superada, mas através da mobilização dos próprios metalúrgicos por nenhuma demissão, em defesa do emprego.

Chantagem patronal para adiar demissões

Os trabalhadores da Volks, chantageados pela empresa com a ameaça de 3.600 demissões, aceitaram em assembleia (3/08) o acordo negociado pelo sindicato de abertura de novo PDV, renovação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE, redução de jornada com redução de salário), cinco anos sem reajuste real de salários, entre outros.

Esquenta a discussão sobre greve geral pelo Brasil

Reuniões e plenárias na base da CUT adotam iniciativas

Plenárias e reuniões das CUTs estaduais discutem a greve geral por "nenhum direito a menos".

Em Cuiabá (MT), com a presença do presidente da CUT-DF, em 23 de julho, a plenária propôs aos sindicatos fazerem boletins informando os ataques do governo golpista e assembleias para discutir a greve geral, numa situação em que o funcionalismo estadual está em greve há quase dois meses.

Na CUT-RS, uma reunião da executiva estadual ampliada, em 2 de agosto, decidiu sugerir à CUT nacional o mês de setembro para a deflagração da greve geral. Em 4 de agosto o funcionalismo vai "parar" o estado, pois até as polícias civil e a militar vão protestar contra o parcelamento de salários imposto pelo governo Sartori (PMDB).

A CUT-SC, entre outras iniciativas, vai promover plebiscitos nas bases sobre a necessidade da greve geral (ver ilustração).

Em Minas, auditório lotado

Com o auditório lotado, em 1º de agosto a plenária da CUT-MG reuniu dirigentes metalúrgicos, petroleiros, bancários, correios, metroviários e servidores públicos e discutiu ações contra o golpe e a preparação da greve geral.

Foi realçada a responsabilidade dos sindicalistas de intensificar o diálogo com suas bases, para tanto a CUT-MG deve produzir materiais para ajudar nesse trabalho. Também foi marcada reunião de sindicatos em campanha salarial neste 2º semestre, para unificar iniciativas e somar na preparação da greve geral.

A plenária mineira registrou críticas à reunião das centrais sindicais de 26 de julho e ao documento ali adotado, "que em nada ajuda a construção da greve geral" (ver abaixo).

No Recife, bancários discutem a greve geral

Em 26 de julho, após assembleia geral de bancários, foram lançados dois comitês contra o golpe e em defesa dos bancos públicos, um da CEF, outro do BB.

Ugo Alberto, do Comitê do BB, lembrou que "estamos no contexto de um golpe, com ataques generalizados contra o conjunto dos trabalhadores, o que enseja a necessidade de uma resposta de conjunto que deverá se expressar na greve geral". Tony Guerra, do Comitê da CEF, falou que "a greve geral é um recado sério dos trabalhadores que vão reagir às medidas terríveis que estão sendo implantadas contra eles".

A assembleia aprovou moção, no sentido de ajudar a construção da greve geral, dirigida às direções dos sindicatos cutistas de Pernambuco, para que se somem ao esforço de convocação de assembleias nas suas categorias, e à direção da CUT-PE para que convoque "plenária de sindicatos filiados para impulsionar essa discussão integrando todas as entidades sindicais filiadas à nossa Central".

Correspondentes

PANFLETAGEM EM BARUERI (SP)

Químicos cutistas da região de Osasco estão panfletando fábricas. Na Nortene de Barueri, os trabalhadores pararam para discutir o panfleto que dizia (trechos):

"Sabemos que se esse golpe não for derrotado, os patrões vão se sentir mais fortalecidos para nos esfolar. Os patrões acham que temos muitos direitos, que é preciso acabar com a CLT e terceirizar todo trabalho. Por isso viemos aqui discutir com os companheiros e companheiras. Para começar a organizar a resistência. Nosso sindicato deve entrar nessa luta, discutir e construir a greve geral que a CUT está propondo: Nenhum direito a menos!"

As reações dos trabalhadores, pegando dois exemplos, foram: "É isso aí, precisa se mexer, senão os patrões vão dizer que está tudo bem"; "Os sindicatos precisam se unir, químicos, metalúrgicos, todos".

Dar palanque para Paulinho da Força?

Unidade de ação não pode ser conciliação com golpistas

A executiva da CUT colocou no plano de preparação da greve geral a "busca da unidade de ação com as demais centrais em torno da defesa dos direitos da classe trabalhadora e com base numa pauta concreta de exigências e reivindicações". Quanto a "assembleias da classe trabalhadora" nas capitais, a resolução dizia: "Essas assembleias devem deliberar e fazer o indicativo de data da greve geral".

O ato de 26 de julho em São Paulo, com dirigentes de oito centrais (CUT, FS, UGT, CTB, NCS, CSB, CGTB e Conlutas) e o documento ali adotado, correspondem a essa orientação?

Nem de longe. O ato encerrou-se com a adoção de um documento que - sem sequer mencionar a greve geral – conclui com uma lista de medidas, cuja maioria é de "mais investimentos", requentadas de um documento de centrais e empresários entregue a Dilma antes do início do impeachment ("Compromisso pelo desenvolvimento"). Sobre essa base foram convocadas "assembleias da classe trabalhadora" nas capitais em 16 de agosto.

Segundo o site da CUT, Vagner Freitas teria dito em sua fala que ""greve geral só acontece se todas as centrais quiserem fazer". Se foi isso que disse, é um enorme equívoco, pois deixaria nas mãos de pelegos (uns sem base, outros golpistas como o Paulinho), o poder de decidir se uma greve geral sai ou não!

Isso nunca houve nas greves gerais que a CUT liderou em nosso país (ver OT 789). Foi a partir da mobilização de sua própria base que a CUT incidiu nas bases dos pelegos, chegando a arrastar alguns deles (nunca todos) para a ação comum.

Volta ao passado?

Depois de um ano e meio de intensa mobilização, primeiro contra a direita e para mudar os rumos do governo Dilma, depois contra o golpe e em defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores, parece que há dirigentes da CUT querendo "voltar ao passado": nada fazer senão em "unidade com as centrais".

Mas, a fraca presença de cutistas no ato de 26 de julho – muitos se recusaram a ir ao serem informados que o tema "golpe" não podia ser tocado e que não se devia hostilizar o Paulinho em nome da "unidade" – demonstra que tal orientação não é consensual na CUT.

É preciso corrigi-la imediatamente. Com material e cara própria a CUT deve explicar cada um dos ataques à nossa classe, qual é a sua origem (governo Temer), concluindo na necessidade da greve geral.

É com essa linha que deve intervir nos atos de 16 de agosto, inclusive para ganhar a base da pelegada, pois unidade na ação não se confunde com conciliação.

Julio Turra

POSIÇÃO HISTÓRICA DA CUT EM QUESTÃO

Uma comissão especial da Câmara, presidida pelo Paulinho da Força e cujo relator é o deputado Bebeto (PSB), gerou o PL 5795 sobre "financiamento da atividade sindical".

Em nome de atender ao reclamo de sindicatos, inclusive da base da CUT, contra a interferência do Ministério Público na cobrança de taxas negociais ou assistenciais, gerou-se um monstrengo.

O PL modifica artigos da CLT no sentido de garantir o imposto sindical (contribuição sindical) e estendê-lo ao setor público, para depois introduzir a cobrança de uma taxa negocial, decidida em assembleia.

A posição histórica da CUT é contra o imposto sindical. Quando do reconhecimento das centrais (2007), a CUT defendeu que a taxa negocial substituísse o imposto sindical.

Já o PL 5795 "garante" as duas cobranças e cria um absurdo "Conselho Nacional de Autorregulação Sindical-CNAS", bipartite (uma câmara com um representante de cada central reconhecida, outra com representantes das entidades patronais), a quem caberia regular a cobrança da taxa negocial. Voltaremos ao tema.

Trabalhadores dos Correios vão à greve

Campanha salarial unificada contra privatização da ECT e a retirada de direitos

Se até o dia 14 de setembro as reivindicações dos trabalhadores dos Correios não forem atendidas, a categoria vai parar. Essa foi a decisão do último CONREP (Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores em Correios (FENTEC-CUT) entre 6 e 9 de julho.

Os trabalhadores dos Correios organizam uma campanha salarial unificada, o que não ocorria desde retomada da Federação Interestadual dos Trabalhadores dos Correios (FINDECT-CTB).

No centro da campanha salarial estará a defesa da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) contra a privatização, que está na pauta desde os primeiros anúncios do governo golpista.

O plano de reestruturação da empresa pode fechar cerca de 2000 agências e abrir um PDV. Além disso a separação em unidades de negócios e administrativas, facilita a abertura de capitais e as parcerias público-privadas anunciadas por Temer. Os golpistas também ameaçam os direitos sociais e trabalhistas conquistados pelos trabalhadores em acordos coletivos anteriores (férias, vale-peru cobrança de mensalidade no plano de saúde e 0% de reajuste).

Golpista chantageia

Recentemente o novo presidente da empresa Guilherme Campos, em declaração acusou os trabalhadores de serem os responsáveis pela atual situação, por conta do absenteísmo e faz um apelo contra a paralisação, pois devido a fragilidade financeira a empresa não suportaria uma greve. Vergonhoso e chantagista. Vários estudos em saúde do trabalhador apontam que estes trabalhadores exercem um dos trabalhos mais perigosos do país, devido a exposição diária nas ruas e com percentual altíssimo de doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho.

A campanha salarial também buscará unidade com as outras categorias de empresas estatais e do serviço público que tem data-base no segundo semestre.

A categoria começou agosto com intensa mobilização em todas as bases a partir do calendário aprovado pela FENTECT-CUT.

Renê Muraro

EBSERH: a luta continua

Greve suspensa poderá ser retomada em 15 de agosto

Depois de nove dias de greve, iniciada em 20 de julho, e sob ameaça de decretação da ilegalidade, os empregados públicos (regime CLT) da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, decidiram suspender o movimento até nova audiência de conciliação no TST, marcada para 10 de agosto.

A principal reivindicação é reposição de 10,36% nos salários e benefícios, índice correspondente ao IPCA do período de vigência do acordo coletivo (data-base é 1o. de março). Também estão em pauta o fim da terceirização e melhorias nas cláusulas sociais do Acordo Coletivo, como novas escalas de plantões.

Iniciada em 20 de julho, a greve atingiu 12 unidades em sete estados e mais o DF. Logo no primeiro dia de greve a direção da EBSERH obteve liminar do TST determinando o comparecimento ao trabalho de 75% dos empregados (contrariando uma jurisprudência de 30%). Na prática, a sentença do TST significa a abolição do direito de greve.

Apoiando-se nessa posição de força, a direção da empresa entrincheirou-se numa proposta de 8% para os salários e 9% para os benefícios.

Diante de uma situação de impasse, a assembleia dos trabalhadores da Sede, em Brasília, deliberou que o Sindsep-DF, representante da categoria no DF, solicitasse ao TST uma audiência de conciliação na tentativa de forçar a empresa a aumentar sua proposta.

Nessa audiência, realizada em 27 de julho, a única novidade na proposta da EBSERH foi índice de 8,8% para os salários mantendo 9% para benefícios. E ainda condicionou a manutenção da proposta ao fim da greve. Já o TST (ministro Emmanoel Pereira), não apresentou proposta de conciliação, porém marcou nova audiência para o dia 10 de agosto, pedindo aos trabalhadores que suspendessem a greve para facilitar um entendimento.

Por recomendação do Comando de Greve (sediado na CONDSEF, que representa o conjunto dos sindicatos de servidores federais que organizam a categoria), os trabalhadores resolveram rejeitar a proposta da empresa, mas suspender o movimento aguardando a audiência de conciliação de 10 de agosto. Até lá, continua o trabalho de mobilização – com assembleias já marcadas para dia 11.08 - para pressionar por melhorias na proposta.

Edison Cardoni

Greve de professores em Guarulhos

Prefeito alega a LRF para não cumprir acordo

Os professores de Guarulhos (SP) estão em greve, desde 25 de julho, pelo cumprimento do acordo que previa o pagamento das gratificações, da jornada estendida (Lei Nacional do Piso) e a equiparação salarial entre professores da educação infantil e educação básica.

O prefeito Sebastião Almeida (PT), não cumpriu o acordo alegando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que coloca metas para os gastos com o serviço público.

Após uma semana de greve a prefeitura recebeu o sindicato e uma comissão de professores onde ofereceu pagar em 3 vezes (outubro, novembro e dezembro) a jornada estendida realizada em fevereiro, março e parte de abril, mantendo o decreto que desobriga a realização da jornada a partir de abril, e propôs voltar a negociar os demais itens só em 20 de setembro. Os professores recusaram a proposta e decidiram continuar a greve.

Um governo do PT não pode permitir que a LRF se sobreponha aos direitos já conquistados pela categoria. Se a prefeitura não tem recursos suficientes para o pagamento, deve se colocar ao lado dos professores e exigir do Ministério da Educação recursos suplementares, e fortalecer a luta contra o golpe que visa atacar os direitos conquistados na educação, entre eles a Lei do Piso.

Viviane Sena

Prefeito visita ocupação em São Paulo

Haddad se comprometeu a regularizar posse do imóvel, na Douglas Rodrigues

Convidado pelo Movimento Independente de Luta por Habitação (MIVM), em 31 de julho o Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), esteve na ocupação no Bairro de Vila Maria, onde vivem mais de duas mil famílias. Na madrugada de 18/7 um incêndio destruiu 450 moradias onde 2 pessoas morreram.

Para Haddad, que por decreto havia tornado a área de interesse social, a prioridade é resolver o problema da posse do imóvel, para isso, anunciou as medidas que tomará.

Entre elas, garantir a verba necessária para a desapropriação, indicar no orçamento do município de 2017 a verba para desapropriação (mesmo que por lei não seja possível indicar especificamente a destinação para a Ocupação) e preparar os procedimentos administrativos para a desapropriação. Haddad disse que os setores jurídicos da Prefeitura continuarão a acompanhar o processo na Justiça Estadual, em consonância com os advogados do Movimento. Vai também estabelecer as responsabilidades da área federal, já que a empresa proprietária sofre processo por débitos à Fazenda Nacional, com pedido de penhora, adjudicação para o Patrimônio da União e nomeação dos dirigentes do Movimento como fiéis depositários do imóvel.

Nilton de Martins

Olimpíadas em tempos de golpe

Temer é vaiado até em ensaio da abertura, enquanto a polícia dos EUA levanta suspeitas de terrorismo

As Olimpíadas do Rio de Janeiro começam neste dia 5, com o país vivendo os efeitos da política do governo golpista. Se Michel Temer queria aproveitar o grande evento esportivo para simular alguma legitimidade, há fortes indicações de que esse objetivo fracassará. Segundo blog de "O Globo", o nome de Temer foi vaiado até por participantes de um dos ensaios do espetáculo oficial de abertura!

Do lado do PT, da CUT e de entidades populares, a visibilidade internacional dos jogos será uma oportunidade para expressar a disposição de derrotar o golpe. A Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo organizam um grande ato para a praia de Copacabana, no dia de abertura das Olimpíadas, exigindo: "Fora Temer! Nenhum direito a menos! ".

Não faltarão gestos simbólicos entre os próprios atletas. A esgrimista venezuelana Alejandra Benitez, que foi ministra do Esporte no governo de Nicolás Maduro, declarou que não irá saudar Temer, no tradicional desfile das delegações que abre a competição: "Passarei diretamente porque ele é um golpista" ("Folha de S. Paulo", 1/8).

Nas tribunas das autoridades, Temer não terá a companhia de chefes de Estado de grande expressão mundial. Uma das poucas exceções é o presidente francês, François Hollande, o mesmo que utilizou um dispositivo constitucional de seu país (artigo 49-3) para aprovar, sem passar pelo voto dos parlamentares, uma contrarreforma trabalhista combatida por inúmeras greves e manifestações. Brasil e França, duas situações diferentes, mas o mesmo objetivo: retirar direitos dos trabalhadores, em favor do grande capital.

Manifestações contra o golpe na passagem da tocha olimpica pelas cidades

Ajuda do FBI

Duas semanas antes dos jogos, as autoridades brasileiras fizeram alarde sobre a prisão de pessoas, suspeitas de vinculação com o Estado Islâmico, que poderiam tentar algum ataque durante as Olimpíadas. Os mandados foram expedidos pela 14ª Vara Federal de Curitiba, local de moradia do suposto "líder" do grupo.

Não se pode descartar, em princípio, o risco de ação de terroristas, esses subprodutos da política imperialista, alimentados e insuflados pelos bombardeios que EUA, França e seus aliados conduzem no Oriente Médio.

Mas o que mais chama a atenção, nas prisões midiáticas da chamada Operação Hashtag, é a declaração do procurador da República Rafael Brum Miron, segundo o qual "veio do FBI a informação" sobre a existência da "célula terrorista internacional". É a admissão de algo espantoso: o FBI, ou seja, a Polícia Federal estadunidense, aponta o dedo para alguns indivíduos, num "relatório bem sucinto", segundo o mesmo procurador, e a polícia brasileira corre para prendê-los, mesmo avaliando que "são amadores".

Cláudio Soares

COI, CLUBE DE MILIONÁRIOS

Segundo o jornal O Estado de São Paulo: "Nos últimos anos, além de nobres e representantes esportivos, o Comitê Olímpico ganhou megaempresários, como dirigentes da rede NBC. Richard Carrion, que por anos se ocupou do cofre do COI, é um dos principais banqueiros da América Latina e chegou a ocupar um cargo do Federal Reserve Bank, em Nova York."

O Comitê Olímpico Internacional se tornou um "clube de pessoas ligadas ao esporte em entidade repleta de membros milionários, as exigências também aumentaram. Por membro, o custo de hospedagem deve superar a marca de R$ 50 mil em diárias no RJ. (...) Em Salt Lake City, por exemplo, os barões gastaram US$ 750 mil (R$ 2,447 milhões) apenas em café da manhã. " Ainda segundo o Estadão, "ignorando a crise no Brasil e o déficit nos Jogos para o comitê brasileiro, a entidade com sede na Suíça vai terminar os Jogos com renda recorde de US$ 5,5 bilhões (R$ 17,9 bilhões). O valor é quase o dobro do que foi registrado em 2004, em Atenas, e tudo indica que a fortuna olímpica continuará. Nas salas de reunião do COI e no saguão do bunker instalados no Rio, não faltam lobistas de empresas multinacionais em busca de contratos para os Jogos de 2020 e 2024".

Perseguição contra o PT

Travestida de combate à corrupção, Lava Jato tem alvo bem definido

A cada dia fica mais claro que a operação Lava Jato veio para quebrar o PT e a Petrobras. A relação do juiz Sergio Moro, o todo poderoso da operação, com o Departamento de Estado dos Estados Unidos, ajuda a compreender porque a operação poupa, e mesmo esconde, denúncias contra o PSDB (como a que foi feita contra José Serra), enquanto persegue os petistas.

O objetivo em relação à Petrobras faz parte da ofensiva para entregar o Pré-Sal às multinacionais petrolíferas, o que a equipe golpista alojada no Planalto já começou a fazer.

A perseguição ao PT, faz parte da ofensiva contra organizações dos trabalhadores visando quebrar a resistência à destruição de todas as conquistas, pretendida também pelos golpistas. É preciso enfrentar essa ofensiva que vai rápido, como a prisão de líderes do MST (ver box).

Depois da abusiva condução coercitiva de Lula em março desse ano, agora sua transformação em réu é mais um salto na escalada para incriminar os petistas.

Recente matéria publicada no site Brasil 247, informa que o ex-executivo da Odebrecht Alexandrino de Alencar, que ficou preso por quatro meses com a deflagração da 14ª fase da operação Lava Jato, "tem dito a amigos que, em seus depoimentos na prisão, propôs contar tudo o que sabia sobre as relações da companhia com os governos brasileiros ao longo de mais de 20 anos como funcionário de carreira do grupo; 'Mas, não se interessaram em saber tudo. Só quiseram informações dos últimos 12 anos'".

Investigação mais que seletiva, e jornalões e togados ficam irritados porque Lula denunciou na ONU a parcialidade de Sérgio Moro.

ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA!?

A decisão de prender quatro militantes do MST em Goiás, que lideram uma ocupação na Usina Santa Helena com cerca de mil famílias, foi tomada por uma comissão formada por três juízes: Thiago Brandão Boghi, Rui Carlos de Faria e Vitor Umbelino Soares Junior. A prisão foi pedida pelo Ministério Público que acusa um dos presos, Valdir Misnerovicz, de constituir e integrar uma organização criminosa. Valdir está preso no Núcleo Custódia de Segurança Máxima de Aparecida de Goiânia.

É a primeira vez que a Justiça aceita denúncia do Ministério Público contra lideranças sociais com base na lei de 2013 que tipifica organizações criminosas, especialmente no artigo 2.º, que contou com a redação da Lei 13.260, a lei antiterrorismo, que entrou em vigor dias antes da prisão dos sem-terra.

EUA, "Black Lives Matter": contra o racismo e a violência policial

Milhões de jovens se mobilizam pelos direitos do povo negro e da juventude trabalhadora

A promotora de Baltimore, Marilyn Mosby, desistiu do processo contra seis policiais responsáveis pelo assassinato de Freddie Gray. Ela denunciou que é virtualmente impossível condenar um policial nos EUA. "Apesar de todas as provas médicas de que Gray foi assassinado (estando algemado) dentro da viatura policial", o processo mantinha-se tendencioso: a polícia interferiu sistematicamente no caso, "falsificando provas, protegendo os policiais acusados e impedindo" um julgamento minimamente sério. O departamento de polícia e o sindicato dos policiais festejaram.

Passeata do BLM, em Nova York, dezembro 2015

Violência policial e assassinatos

Freddie Gray era um jovem negro que morava num bairro pobre de Baltimore. Como ele, apenas em 2015, 102 negros desarmados foram assassinados pela polícia dos EUA. 40% das pessoas desarmadas assassinadas pela polícia eram negras, a despeito dos negros serem apenas 13% da população. Dos cerca de mil policiais responsáveis por esses 102 assassinatos, apenas um foi condenado, com uma leve pena de prisão.

No ano passado, um jovem branco racista entrou atirando numa igreja batista (historicamente ligada à comunidade negra) em Charleston, Carolina do Sul, matando nove pessoas e ferindo várias outras (todas negras). A violência contra a população negra e, em boa parte dos casos, sua impunidade, começou a gerar nos últimos três anos uma onda de mobilizações.

Manifestações em todo o país

Um dos assassinatos pela polícia, de um negro desarmado ocorrido em Ferguson, Missouri, há dois anos, gerou uma onda de protestos com milhares nas ruas da cidade. A polícia reprimiu com uma operação de guerra. Uma comoção nacional se espalhou, em todo o país atos de solidariedade usaram a palavra de ordem: "Black Lives Matter" (As Vidas dos Negros Importam), sugerida por uma "hashtag" na internet. Os organizadores de cada um dos atos — em geral jovens sem experiência de militância – passaram a constituir comitês que planejavam novas ações. Mais tarde, uma coalisão nacional, o Movimento pelo Black Lives Matter (BLM), foi formada, recebendo também a adesão de cerca de 50 grupos antirracistas locais. Desde então, jovens ativistas antirracistas negros, hispanos e brancos agrupam-se em milhares de cidades, organizando protestos, debates e atividades culturais contra a violência policial e o sistema jurídico racista.

Em julho, novos casos de assassinatos, por policiais, de jovens negros desarmados, provocaram grandes manifestações com fechamento de avenidas e protestos em frente a delegacias de polícia. Um caso que chocou o país foi o de Philando Castille, um jovem trabalhador negro que, inocente e sem nenhum antecedente criminal, foi assassinado a queima-roupa em seu carro com sua namorada e filha. Sua morte foi filmada pelo celular da namorada que implorava clemência ao policial.

Grandes atos e passeatas pacíficas foram organizadas pelo BLM no dia seguinte em milhares de cidades do país. No mesmo dia, em Dallas, Texas, um jovem negro, veterano da guerra do Afeganistão atirou em cinco policiais, matando-os. Com problemas psicológicos (como boa parte dos veteranos de guerra), ele (morto durante o tiroteio que se seguiu) se dizia frustrado com a impunidade à polícia racista. A polícia e políticos conservadores, como o ex-prefeito de Nova York, Rudolf Giuliani, passaram a acusar o movimento BLM por ser "responsável pelo assassinato de policiais". Eles querem intimidar e criminalizar o movimento dos jovens. A mídia conservadora tenta acusa-los de "terroristas".

Nos últimos dias uma nova onda de passeatas foi organizada pelo BLM.

Alberto Handfas

PLATAFORMA DO BLM E INDEPENDÊNCIA

O Movimento pelo Black Lives Matter lançou em 1º de agosto sua plataforma política, "Uma visão ao BLM: Reivindicações por Poder Negro, liberdade e justiça". O documento exige "reparações pelos prejuízos trazidos aos afro-americanos pela escravidão", "investimentos em educação e empregos", "reforma da justiça e da legislação criminal" (que pune exageradamente delitos mínimos), "fim da pena de morte" e "desmilitarização dos departamentos de polícia".

É primeira vez que o BLM lança uma plataforma. Em parte, talvez, tal atraso tenha se dado pela forma um tanto horizontal/descentralizada do movimento. A dependência financeira, portanto, política, de alguns de seus grupos locais de ONGs também deve ter atrapalhado sua capacidade de organização em nível nacional e de elaboração de um programa político independente. Nos últimos seis meses, as pressões eleitorais (do partido Democrata) também se avolumaram. Obama, Hillary e Sanders reuniram-se com alguns de seus líderes. Outros dirigentes já se declararam contra os dois partidos "capitalistas" — que recusam suas demandas, como as reparações, por exemplo. "Nós lutamos por transformação radical, não reforma reacionária" disse Michaela Brown — dirigente de Baltimore. "Mas vamos exigir e cobrar dos eleitos".

Democratas em Crise

A Urgência por Independência de Classe

A convenção do partido Democrata foi abandonada por quase metade de seus delegados. Os apoiadores de Bernie Sanders, pré-candidato que concorreu contra Hillary Clinton, decidiram retirar-se em protesto, após divulgação de documentos (vazados pelo Wikileaks), que mostram que a direção do partido manipulou as prévias em favor de Hillary.

A coordenação da convenção ameaçou chamar a polícia para expulsar os delegados que insistiam em manter faixas contra as políticas de Hillary (por exemplo, "Não à Parceria do Trans-Pacifico"). Gritando palavras de ordem, a maioria destes delegados disseram que não votarão em Hillary e que estão rompendo com o partido Democrata.

Sanders, ao contrário de seus apoiadores, ficou na convenção e fez discurso apoiando Hillary. Embora sem muita inserção no movimento negro, ele galvanizou parte importante da juventude (incluindo setores do "Black Lives Matter"), da classe média e do movimento sindical apresentando-se como alternativa às políticas de Hillary e dos Republicanos. Mas criou ilusões no partido Democrata que, como o Republicano, é totalmente financiado e controlado pelo grande capital multinacional estadunidense.

Vários sindicatos que estavam apoiando a candidatura de Sanders (como o sindicato Nacional das Enfermeiras e o dos portuários ILWU) discutirão se devem ou não retirar seu apoio aos democratas. O ex-coordenador responsável pela elaboração do programa de Sanders, Cornel West (um famoso professor negro, veterano do movimento dos direitos civis), rompeu com os Democratas acusando Hillary de desenvolver uma "política imoral" contra os trabalhadores e assassinato contra outras nações. Ele decidiu apoiar a candidata alternativa Jill Stein (Partido Verde) e seu vice, Ajamu Baraka, um militante do movimento negro. O que não corresponde à necessidade dos trabalhadores em geral e do movimento negro em particular, de construir um partido próprio dos trabalhadores ou um partido negro, independente das classes dominantes -algo que nunca houve na história dos EUA - para lutar contra as políticas de ataques aos seus direitos, bem como contra o racismo.

Trabalhistas britânicos seguem em crise

Depois do voto pela saída da UE, militantes, jovens e sindicatos buscam se reapropriar do partido

A crise no interior do Labour Party (LP), o Partido Trabalhista britânico, prossegue após o referendo de junho que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia (UE). Um exemplo disso se deu, no final de julho, quando a nova primeira-ministra do país, a conservadora Theresa May, pôs em votação no Parlamento a renovação do programa de submarinos militares nucleares Trident, a um custo de 50 bilhões de euros (R$ 181,5 bilhões). O LP se dividiu sobre a questão: seu líder, Jeremy Corbyn, e mais 40 deputados trabalhistas votaram contra a medida, enquanto 140 parlamentares do partido votaram junto com o governo, seguindo a linha oficial do LP.

Na origem dessa crise estão o próprio referendo e a rejeição à política do ex-primeiro-ministro conservador David Cameron, que a maioria do LP apoiou, de forma crítica, durante anos. Essa linha política, desastrosa para os trabalhadores, foi impulsionada por Tony Blair e sua ala. O aparelho do LP se vê, agora, diante da vontade dos militantes, dos sindicatos, dos jovens e dos trabalhadores em geral de se reapropriarem de seu partido.

Em setembro do ano passado, Corbyn já havia sido eleito líder como expressão dessa vontade de resistência da classe operária britânica. Na situação atual, isso se expressa por meio de sua defesa, contra o aparato do partido, que continua nas mãos dos blairistas. Depois do referendo, o LP decidiu fazer nova eleição para a liderança, e Corbyn se apresentou como candidato à reeleição.

O Comitê Executivo Nacional do LP aprovou várias medidas para tentar impedir a vontade da base e o apoio ao atual líder. Foi proibido, por exemplo, o voto aos filiados há menos de seis meses. Desde julho de 2015, quando se desenvolvia intensamente a campanha de Corbyn, o número de filiados aumentou de 200 mil para os atuais 500 mil.

Apenas as instâncias regionais que recebem autorização podem se reunir, tendo como únicos pontos de pauta a eleição da direção e o congresso do partido. O comitê de Brighton, o maior do país, foi suspenso depois de ter renovado a sua direção, que passou a ser inteiramente favorável a Corbyn.

No ano passado, quando a eleição foi aberta pela primeira vez aos simpatizantes, estes tinham de pagar 3 libras (cerca de R$ 13) para poder participar. Neste ano, eles tiveram três dias para se inscrever e a taxa era de 25 libras (R$ 108!). Apesar dos obstáculos, 183 mil pessoas pagaram o valor exigido e se inscreveram.

Sindicatos com Corbyn

As direções dos sindicatos também se posicionaram a favor de Corbyn, a quem haviam apoiado timidamente em 2015. O LP, em virtude de sua história, tem como filiados orgânicos vários sindicatos, que estão na origem da formação do partido. A maior federação sindical do país, a Unite, que reúne 2 milhões de trabalhadores e é filiada ao LP, decidiu em seu congresso apoiar Corbyn à reeleição.

O combate contra os blairistas e por se reapropriar do LP não deve fazer esquecer, de outro lado, que Corbyn apoiou a UE e não apresentou nenhum programa concreto que permitisse romper com a política dos conservadores.

Mercados intranquilos

Do lado do governo, da UE e do imperialismo estadunidense, o que prevalece é a intranquilidade com o que ocorrerá depois da decisão de saída do bloco europeu. O FMI publicou em 20 de julho previsões de queda para a economia britânica, exprimindo a inquietude dos mercados financeiros. A formação do novo governo, com Theresa May à frente, não foi suficiente para acalmá-los.

A chanceler alemã, Angela Merkel, que havia pedido a rápida saída do Reino Unido da UE, encontrou-se com Theresa em Berlim e declarou que essa retirada não ocorrerá em 2016. E o secretário de Estado dos EUA, John Kerry, afirmou estar tranquilo quanto aos compromissos britânicos com a ONU e a Otan (aliança militar imperialista comandada pelos EUA) "por um mundo mais seguro". Toda essa encenação visa a tranquilizar o capital financeiro e a apoiar um governo de crise, diante da rejeição que ele sofre por parte dos trabalhadores e do povo britânicos.

Correspondente

Chile: um milhão de pessoas nas ruas contra a previdência privada

Não mais AFP, por uma vida digna na velhice

Em 24 de julho, em todos país, trabalhadores saíram às ruas com um só objetivo: exigir o fim da AFP (Administradoras de Fundos de Pensão), sistema de aposentadoria criado durante a ditadura militar, com capitalização individual, gerido por instituições privadas. No Chile, "país modelo" na ofensiva contra o sistema da previdência social pública, esse sistema, introduzido há 35 anos, tem representado um total fracasso na hora de entregar as pensões. Segundo dados, enquanto pagam uma pensão de cerca de 200 dólares a 91% dos aposentados, as instituições financeiras que administram os fundos embolsaram, de janeiro a setembro desse ano, mais de 70 bilhões de dólares.

Santiago do Chile, 24 de julho

De norte a sul, chilenos saíram às ruas

Em Santiago, 200 mil pessoas, famílias inteiras, país, filhos e avós, vieram das mais distantes comunas, colapsando o metrô num dia de domingo.

"Não, Não, Não Mais AFP, por uma vida digna na velhice"! cantavam os centenas de milhares que foram à Praça Itália e, conforme se mostrava a grande adesão à manifestação, outro grito surgiu na multidão; "Oh, o Chile despertou! "

Sem dúvida, a jornada de 24 de julho marca um antes e um depois nessa luta. Não foi só em Santiago que as famílias saíram para marchar. Em todo o país, as pessoas sairiam às ruas para exigir um verdadeiro sistema de seguridade social que garanta pensões dignas aos que se aposentam depois de uma vida de trabalho.

Se calcula que houve marcha em mais de 40 cidades, de todos os tamanhos, desde Arica, ao norte do país, a Punta Arenas, no extremo sul, mobilizando um milhão de pessoas.

O impacto obrigou os meios de comunicação, oficiais ou não, que "brilharam" pela ausência durante a coletiva de imprensa para convocar a marcha, a cobrir as manifestações e incluir na agenda da imprensa a discussão sobre o fim das AFPs.

É hora de insistir...

Luis Mesina, dirigente da Confederação dos bancários do Chile e porta-voz da Coordenadora Nacional de Trabalhadores "Não + AFP", avalia que "é hora de insistir na organização, pois a grande marcha representou um grande salto. "

O governo voltou a falar em uma AFP estatal, aumentar as cotizações a cargo dos empregados, aumentar a idade de aposentadoria, principalmente da mulher. O movimento rejeita a proposta do governo e exige um sistema público e solidário. A AFP, se transformou em um dos motores do sistema político e econômico no Chile.

Para Mesina, a luta contra a AFP "é muito mais política do que possa parecer. Lutar contra isso é derrubar um dos pilares no qual repousa o atual sistema no Chile". Nos próximos meses novas jornadas estão marcadas, encerrando com uma nova grande marcha nacional em 4 de novembro. "Se aproxima a etapa das propostas de 'mudança' por parte do empresariado e do governo para evitar perder tudo. Por isso devemos ter clareza, estarmos organizados e agindo para exigir mudanças reais e efetivas. Essa luta não pode ser em vão", completa Mesina, falando da necessidade de construir Coordenadoras "Não + AFP", em todos os lugares onde não exista.

Javier Marquez

Venezuela: Maduro refuta devolver empresas nacionalizadas

O que desautoriza declarações anteriores de ministros de seu governo

Numa reunião com os comandos regionais e nacional da Missão Abastecimento Soberano, em 1º de agosto, o presidente Maduro declarou que "o caminho não é o capitalismo, nem as privatizações, nem entregar o país à direita e às oligarquias, o caminho é mais socialismo".

No mesmo dia, numa reunião de militantes do PSUV (partido chavista) em Maracaibo, o vice-presidente Diosdado Cabello fez declarações similares: "Não vamos devolver nenhuma das empresas que a revolução tomou por estarem conspirando. Se houve erros, os assumamos, mas cada vez que seja necessário tomar uma empresa que esteja parada, conspirando contra o povo, o faremos".

Essas declarações ocorreram dias depois do ministro do Petróleo e presidente da estatal PDVSA, Eulógio Delpino, ter afirmado que "foi um erro" ter estatizado empresas de transporte e serviços na região do Lago Maracaibo em 2009, agregando que "devemos ir a um novo modelo com maioria do setor privado...e a todos empresários que queiram continuar, vamos devolver suas atividades".

O ministro Pérez Abad, da Indústria e Comércio, também admitiu que "para empresas que não são estratégicas, pode haver um plano de devolução".

Tais declarações provocaram profunda polêmica no chavismo, daí o desmentido de Maduro e Cabello.

Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro

Primeiro pedido de referendo é aceito

O Conselho Nacional Eleitoral, após haver anulado assinaturas fraudulentas (10 mil mortos, 2 mil menores, por exemplo), acatou em 1º de agosto a primeira petição da oposição (MUD) por um referendo revogatório do mandato de Maduro. Mas, agora é necessário recolher o equivalente a 20% do eleitorado para que o referendo se realize.

O governo e juristas afirmam que não há mais tempo hábil para a realização de tal referendo antes de 2017 (data em que mesmo saindo Maduro, não haveriam novas eleições, assumiria o seu vice).

Enquanto o país continua vivendo a crise de desabastecimento, filas para a compra de produtos essenciais e a corrupção de funcionários e militares, as negociações entre governo e oposição, intermediadas pela Unasur, seguem em ponto morto.

Jorge Rodríguez, prefeito da capital, Caracas, denunciou na última semana de julho que o governo dos EUA proibiu instituições financeiras de emprestar à Venezuela: "O mercado financeiro não nos dá opção, o problema é político, eles acreditam que se nos sufocam economicamente, Maduro vai ajoelhar-se e renunciar e desaparece o chavismo".

A fragmentação enorme do movimento sindical, as divisões que se aprofundam no chavismo, compõem também este cenário.

Assim, mesmo que a oposição careça de base nos setores mais pobres do povo, unificar as forças populares e o movimento operário para tirar o país da crise é o maior desafio para enfrentar a pressão do imperialismo e seus agentes locais.

Correspondente

SERRA BOICOTA VENEZUELA NO MERCOSUL

Desde 30 de julho o posto de presidente do Mercosul está vago. O presidente do Uruguai, Tabaré Vazquez, encerrou seu mandato e anunciou que caberia a Nicolás Maduro sucedê-lo, de acordo com as regras do bloco.

O golpista Temer enviou seu chanceler José Serra a Montevidéu, acompanhado de FHC, para tentar convencer Tabaré a não passar o bastão para a Venezuela. Como não conseguiu, o governo interino do Brasil juntou-se ao do Paraguai e Argentina para alegar "falta de consenso" e tentar impedir que Maduro assuma.

Enquanto Temer afirma que não vai aceitar a presidência da Venezuela no Mercosul, no fechamento desta edição (04/08), Maduro alertava que seu país "é perseguido por Macri da Argentina, fracassado e repudiado pelo seu povo, e nos hostiliza a ditadura imposta no Brasil, uma tríplice aliança" (em referência ao governo do Paraguai, fruto também de um golpe).

"Somos presidente do Mercosul e vamos exercer plenamente, senhores da tríplice aliança", assegurou Maduro, "aqui os esperamos, aqui vamos enfrentá-los e aqui vamos derrotá-los, a Venezuela deve ser respeitada", concluiu num ato comemorativo do 17º aniversário da Assembleia Nacional Constituinte da Venezuela.

O conflito diplomático provocado por Serra vem de encomenda para os interesses do imperialismo dos EUA na região.

Repressão anti-sindical no Peru

Chamado à solidariedade internacional

A CGTP-Confederação Geral de Trabalhadores do Peru e a FENDUP-Federação Nacional de Docentes Universitários do Peru estão denunciando a repressão que atinge dirigentes sindicais na cidade de Lambayeque, ao norte do país.

Tratam-se de diretores do SUDURG-Sindicato Unitário de Docentes da Universidade Nacional Pedro Ruiz Gallo.

Fundado em junho de 2015, o SUDURG foi legalmente registrado no Ministério do Trabalho peruano e reconhecido pelo reitor que, então, dirigia a Universidade. Foi autorizado a funcionar em local regularmente cedido pela reitoria e a mensalidade dos seus filiados passou a ser cobrada via folha de pagamentos.

Mas em janeiro passado tomou posse um novo reitor que iniciou uma série de perseguições. Passando por cima da legislação peruana, decretou que não mais reconhecia o sindicato e anulou o desconto das mensalidades em folha. E diante da resistência que começou a se organizar, buscou um pretexto para abrir processo administrativo contra todos 24 membros do SUDURG, afastando das aulas, sem vencimentos, o secretário geral do sindicato, Erwin Salazar, professor da Universidade há quarenta anos!

Em carta ao reitor, a CGTP repele o argumento da reitoria de que houve "violência exercida contra ambiente da universidade no dia 13 de abril", lembrando que o "ambiente em questão era o local cedido para o SUDURG funcionar e que na data indicada havia sido convocada uma assembleia do sindicato".

A atitude da reitoria mereceu o repúdio também do recente Congresso da FENDUP, que elegeu o professore Erwin seu vice-presidente e lançou um "apelo ao movimento sindical peruano e internacional para defender o direito de sindicalização e os dirigentes sindicais atacados".

Assine *O TRABALHO*
Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R$45,00 ■ 24 edições: R$90,00 ■ 24 edições Solidário: R$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta
Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo
Fone/fax: (11) 2613-2232